



Propostas e reflexões para o novo Ideb

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Princípios que devem nortear a revisão do Ideb

O Ideb representou um grande marco da Educação brasileira quando foi criado, em 2007, propiciando avanços significativos, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O seu cálculo é aparentemente de fácil entendimento: uma multiplicação da taxa de rendimento escolar (aprovação) com as médias de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o que faz com que seja amplamente utilizado pelas redes de ensino do País como um norte de qualidade.

No entanto, o indicador possui importantes limitações, sobretudo no sentido de nortear a sociedade brasileira sobre o que é essencial garantir a seus estudantes. Por isso, desde 2021, nós, signatários desta carta, temos participado, enquanto pessoas físicas ou junto às organizações em que trabalhamos, de muitas discussões sobre a necessidade de revisão e definição de um novo Ideb. O tema, no entanto, não parece estar na lista de prioridades imediatas do Ministério da Educação (MEC) e o debate, nos órgãos oficiais, caminha a passos lentos.

Além de sua função inerente de sinalizar como está a Educação, reitera-se que o novo Ideb deve indicar quais aprendizagens devem ser o foco das ações, e essenciais de serem monitoradas. O novo indicador será ainda fundamental para a redistribuição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e deve, no projeto de lei sobre sua revisão, trazer explicitamente que, no caso da aprendizagem, serão consideradas avaliações alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O novo Ideb não pode ignorar o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) que, por sua vez, deve ser revisto à luz da BNCC.

A seguir estão cinco princípios essenciais que, no nosso entendimento, devem ser garantidos no novo Ideb:

1. Garantir o monitoramento das aprendizagens essenciais expressas na Base Nacional Comum Curricular. O indicador deve sistematizar as aprendizagens de um Saeb alinhado à BNCC, e ajudar a garantir mais alunos nos níveis adequados de aprendizagem, de acordo com o esperado para as etapas;

2. Prezar pelo direito à Educação de todos e de cada uma das crianças e jovens. Hoje, o Ideb não considera as crianças e jovens que estão fora da escola, o que precisa ser revisto em um novo indicador. Para além do atendimento escolar, é importante garantir métricas que auxiliem mais alunos a fazerem as avaliações de aprendizagem e terem suas competências e habilidades monitoradas;

3. Promover equidade. Mesmo já existindo uma cultura de avaliação há três décadas no País, os indicadores educacionais ainda fazem pouco pela promoção da equidade. Nesse sentido, é essencial que as divulgações do Ideb ilustrem as desigualdades educacionais que precisam ser combatidas, como as relacionadas à condição socioeconômica dos estudantes, sua cor/raça, localização, gênero, entre outras. O Ideb deve sinalizar a preocupação da sociedade com uma educação inclusiva e que promova a diversidade;

4. Ser bem compreendido por formuladores de políticas públicas, gestores educacionais e professores, sendo um orientador para tomadas de decisão mais assertivas. Hoje, o Ideb indica a evolução que tivemos desde 1997, mas defendemos que ele passe a demonstrar o que consideramos como aprendizagem, atendimento e fluxo escolar desejados para os estudantes do País, com um olhar para um sistema educacional com qualidade e equidade;

5. Ser guiado por um olhar técnico, incorporando aprendizados que tivemos desde 2007. Entendemos que é essencial a revisão do Ideb incorporar melhorias a partir de aprendizados e análises técnicas embasadas, assim como manter características positivas do indicador, como uma boa capacidade de comunicação e a contribuição para o monitoramento da aprendizagem e o combate à reprovação e ao abandono escolar.

ASSINAM ESSA CARTA COMO PESSOAS FÍSICAS PARTICIPANTES DO DEBATE EDUCACIONAL:

Alice Andrés Ribeiro (diretora do Movimento pela Base);
Cecília Miranda (coordenadora de pesquisas no Iede);
Cecília Motta (secretária de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul);
Cezar Miola (presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Atricon);
Claudia Costin (diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV);
Cristieni Castilho (CEO do MegaEdu);
Daniel De Bonis (diretor de Conhecimento, Dados e Pesquisa na Fundação Lemann);
Danilo Leite Dalmon (consultor em programas e políticas educacionais);
Deborah Kaufmann (coordenadora de inteligência de dados no Movimento pela Base);
Giovanni Iuliano (gestor de projetos no Instituto Gesto);
José Francisco Soares (professor emérito da UFMG);
Lectícia Maggi (gerente de Conteúdo no Iede);
Leonardo Lapa Pedreira (gerente de Educação Básica no Sesi);
Luiz Scorzafave (professor da USP);
Maria Helena Bravo (Coordenadora de implementação de projetos educacionais na Sincroniza Educação);
Maria Helena Guimarães de Castro (pesquisadora na área de Educação, ex-presidente do Inep);
Matheus Mascioli (pesquisador do Iede);
Mozart Neves Ramos (titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do IEA USP);
Raquel Guimarães (professora da UFPR);
Renata de Oliveira Ferraz (gerente de Mobilização na Fundação Lemann);
Ronaldo Rodrigues (gestor de projetos no Instituto Gesto);
Tereza Perez (diretora-presidente da Comunidade Educativa CEDAC);
Vinicius de Moraes (pesquisador na área de Educação).



Ao longo deste documento estão propostas de diferentes atores e organizações que, em comum, se guiam por esses cinco princípios, trazendo reflexões fundamentais e apresentando diferentes soluções aos atuais desafios do Ideb.

São sistematizadas nesse documento propostas e/ou reflexões do Iede e de:

- José Francisco Soares, conhecido como Chico Soares, especialista em pesquisas sobre avaliação educacional e equidade e ex-presidente do Inep;
- Reynaldo Fernandes, pesquisador conceituado em avaliações e fatores associados à aprendizagem e idealizador do Ideb;
- Ruben Klein, especialista em avaliações em larga escala e TRI, e ex-presidente da Abave;
- Banco Mundial, instituição participante de fóruns internacionais e que conduz vários estudos sobre temáticas sociais, incluindo educação.

SUMÁRIO

1. PONTOS DE MELHORIA DO ATUAL IDEB	8
1.1. Problemas relacionados ao componente da aprendizagem	9
1.2. Problemas relacionados às metas	15
1.3. Outras fragilidades do indicador	20
2. MUDANÇAS NECESSÁRIAS	22
2.1. Componente de aprendizagem	23
2.2. Taxas de rendimento	36
2.3. Como incluir todas as crianças e jovens da território	37
2.4. Olhar para as desigualdades existentes	44
2.5. Metas	51
3. QUAL É O PAPEL DO IDEB?	56

1. PONTOS DE MELHORIA DO ATUAL IDEB

1.1. PROBLEMAS RELACIONADOS AO COMPONENTE DA APRENDIZAGEM

a) A nota do Ideb é uma comparação com os resultados que os estudantes tiveram em 1997 e não traz uma visão do que é aprendizagem adequada.

O indicador de aprendizagem do Ideb é de difícil interpretação e pouco orienta a tomada de decisão pelos secretários de Educação e pelos gestores escolares. Uma das razões disso decorre do fato de que as Notas Padronizadas representam apenas uma comparação com os resultados obtidos pelos estudantes em 1997.

Explicando mais a fundo: a escala de proficiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) foi estabelecida em 1997, a partir da implementação da Teoria de Resposta ao Item (TRI), em 1995. Diferentemente da Teoria Clássica dos Testes (TCT), a TRI permite fazer comparações entre estudantes de níveis distintos e ao longo das edições de uma avaliação.

Segundo Klein (2009), a escala Saeb foi estabelecida na estimação conjunta dos itens das avaliações do Saeb em 1995 e 1997, fixando a 8ª série (9º ano) de 97 como grupo referência, com média de 250 pontos e desvio padrão de 50 pontos. Todos os estudantes são posicionados nessa escala, de acordo com as questões que acertam no Saeb e o nível de dificuldade de cada uma delas (que são calibradas pela TRI). Isso possibilita a comparação entre eles e entre edições diferentes da avaliação.

A tabela 1 mostra as médias e os desvios-padrão do 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e também do 3º ano do Ensino Médio.

Tabela 1 - Proficiências médias e desvios-padrão para Matemática e Língua Portuguesa com base no Saeb de 1997

Série	Matemática		Língua Portuguesa	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
5º do EF	190,8	44	186,5	46
9º do EF	250,0	50	250,0	50
3º do EM	288,7	59	283,9	56

Fonte: Saeb 1997 - Inep/MEC

Para ajudar a entender o que significam, em termos pedagógicos, cada uma das pontuações obtidas pelos estudantes no Saeb, um grupo de especialistas trouxe uma interpretação da escala Saeb em vários níveis.

As tabelas 2 e 3 mostram a distribuição dos pontos da escala Saeb nos níveis qualitativos utilizados pelo QEdU para Língua Portuguesa e Matemática para o 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental.

Tabela 2 - Níveis de proficiência em Língua Portuguesa no Saeb para 5º e 9º ano do Ensino Fundamental

Nível	Língua Portuguesa - 5º Ano	Língua Portuguesa - 9º Ano
Insuficiente	Menor que 150 pontos	Menor que 200 pontos
Básico	150 a 199 pontos	200 a 274 pontos
Proficiente	200 a 249 pontos	275 a 324 pontos
Avançado	Igual ou maior que 250 pontos	Igual ou maior que 325 pontos

Elaboração própria. Fonte: Portal QEdU

Tabela 3 - Níveis de proficiência em Matemática no Saeb para 5º e 9º ano do Ensino Fundamental

Nível	Matemática - 5o Ano	Matemática - 9o Ano
Insuficiente	Menor que 175 pontos	Menor que 225 pontos
Básico	175 a 224 pontos	225 a 299 pontos
Proficiente	225 a 274 pontos	300 a 349 pontos
Avançado	Igual ou maior que 275 pontos	Igual ou maior que 350 pontos

Elaboração própria. Fonte: Portal QEdU

Agora que já sabemos como foi definida a escala Saeb e os níveis de proficiência para o 5º e 9º ano, em Língua Portuguesa e Matemática, vamos à definição do componente de aprendizagem do Ideb, que é uma nota padronizada de 0 a 10. Para a criação dessa nota padronizada foram criados limites inferiores e superiores, utilizando-se, para isso, da seguinte fórmula:

$$S_{\text{inf}}^{\alpha} = \text{média}_{\alpha} - (3 * DP) \text{ e } S_{\text{sup}}^{\alpha} = \text{média}_{\alpha} + (3 * DP).$$

Com o uso dessa fórmula, chegamos aos limites superiores e inferiores apresentados na tabela 4.

Tabela 4 - Limites inferiores e superiores de Matemática e Língua Portuguesa

Série	Matemática		Língua Portuguesa	
	Sinf	Ssup	Sinf	Ssup
5º do EF	60	322	49	324
9º do EF	100	400	100	400
3º do EM	111	467	117	451

Fonte: Saeb 1997 - Inep/MEC

É importante destacar: até aqui, entendemos que não há problemas nem na Escala Saeb e nem nos níveis qualitativos criados posteriormente para facilitar a interpretação pedagógica. **O que nós, do Ideb, questionamos é a utilização dos limites inferiores e superiores para a padronização do componente de aprendizagem em um índice de 0 a 10.**

Isso porque, para que uma rede de ensino consiga um Ideb 10, além de aprovar todos os estudantes, é preciso que todos estejam três desvios-padrão acima da média de aprendizagem dos alunos em 1997. Isto é, se estamos falando de um Ideb 10 no 5º ano, é preciso que todos os estudantes consigam, no Saeb, 322 pontos em Matemática e 324 pontos em Língua Portuguesa. No 9º ano, são necessários 400 pontos em ambas as disciplinas. Esses valores, além de serem extremamente altos, são estimados a partir de poucos itens.

Essa lógica de comparar os estudantes de hoje com aqueles que realizaram a avaliação em 1997 (indicando quantos desvios-padrão estão acima ou abaixo deles) não diz muito do ponto de vista pedagógico e não auxilia na tomada de decisão. Melhor seria, por exemplo, se o componente de aprendizagem do Ideb ajudasse o(a) gestor(a) a entender quantos de seus alunos estão no nível adequado, quantos estão no insuficiente e assim por diante.

b) O contexto de 1997 é diferente do contexto atual. Em 1997, por exemplo, a taxa de atendimento escolar da população entre 15 e 17 anos era de 68%. Em 2019, de 92,5%.

O Saeb, como já explicitado, está ancorado nos resultados do Saeb de 1997. Naquela década, porém, a situação educacional do Brasil era bastante diferente da atual. Só para dar um exemplo: em 1997, a taxa de atendimento escolar da população entre 15 e 17 anos era de aproximadamente 68%. Já em 2019, de acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020, do Todos pela Educação, esse índice subiu para 92,5%.

“Essa lógica de comparar os estudantes de hoje com aqueles que realizaram a avaliação em 1997 (indicando quantos desvios-padrão estão acima ou abaixo deles) não diz muito do ponto de vista pedagógico e não auxilia na tomada de decisão.”
Ideb

Essa comparação com 1997 é difícil de ser feita, principalmente no nível Brasil, porque os contextos de cada ano são muito diferentes. Assim, também é bastante difícil para as redes compreenderem o significado da pontuação que elas obtêm no Ideb.

c) Uma mesma nota no Ideb tem significado pedagógico diferente nos anos iniciais, nos anos finais e no Ensino Médio.

Uma mesma nota no Ideb não tem o mesmo significado pedagógico em todas as etapas. Isso porque, reitera-se, a padronização do Ideb não foi pedagógica, mas sim, feita em relação ao desempenho obtido pelos estudantes em 1997, mostrando o quanto os alunos de hoje evoluíram em relação àqueles. Por essa razão, não há como comparar as etapas de ensino porque as escalas não são iguais e, para se obter uma mesma nota, são necessários esforços distintos.

d) Também são necessários esforços diferentes em Língua Portuguesa e Matemática para se obter uma mesma nota no Saeb.

Em 1997, a pontuação média do Brasil no Saeb, em ambos os componentes, estava abaixo do que é considerado adequado atualmente. Ao compararmos as pontuações dos anos iniciais do Ensino Fundamental equivalentes a um Ideb 5 em 1997 (186,5 para Língua Portuguesa e 191 para Matemática) e subtrairmos o atual patamar considerado como de aprendizado adequado (200 e 225, respectivamente), as diferenças não são iguais: -13,5 para Língua Portuguesa e -34 pontos para Matemática.

A tabela 5 mostra quais as pontuações na Escala Saeb consideradas como de aprendizado adequado e a nota correspondente no Ideb para cada pontuação, por disciplina e etapa de ensino. Entendemos que as pontuações equivalentes a aprendizado adequado em cada uma das etapas de ensino deveriam gerar uma mesma nota padronizada já que, pedagogicamente, elas dizem a mesma coisa: que o aluno aprendeu ao menos aquilo que seria esperado. Mas isso não ocorre: por exemplo, em Língua Portuguesa, nos anos

iniciais, 200 pontos equivalem a 5,50; nos anos finais, 275 são equivalentes a 5,85; e no Ensino Médio, 300 correspondem a 5,49.

Além disso, a tabela mostra que pontuações mais elevadas em Matemática favorecem a obtenção de um Ideb mais alto, já que é mais fácil estar desvios-padrão acima dos resultados obtidos pelos estudantes em 1997 em Matemática do que em Língua Portuguesa. Comparativamente à Língua Portuguesa, Matemática é um componente com mais margem de melhora.

Tabela 5 - Nota Padronizada por componente para ser equivalente ao aprendizado adequado segundo a escala Saeb

Língua Portuguesa			Matemática				
	Fund I	Fund II	Médio		Fund I	Fund II	Médio
Pontuação na escala Saeb considerada como de aprendizado adequado	200,0	275,0	300,0	Pontuação na escala Saeb considerada como de aprendizado adequado	225,0	300,0	350,0
Nota padronizada correspondente	5,50	5,85	5,49	Nota padronizada correspondente	6,32	6,70	6,75

Elaboração própria. Fonte: MEC/Inep

Para ilustrar, recorre-se aqui aos resultados da rede municipal de Sobral para os anos finais do Ensino Fundamental, no Ideb 2017. A nota padronizada do Ideb da rede para a respectiva etapa é de 7,05, que é a média de Língua Portuguesa e Matemática. O cálculo das notas padronizadas dá 7,3 para Matemática (que corresponde a 328,42 pontos) e 6,8 para Língua Portuguesa (igual a 305,13 pontos).

Em Matemática, os estudantes de Sobral estão 28,4 pontos acima da pontuação adequada (a conta feita foi 328,4 - 300). Em Língua Portuguesa, estão 30,1 (a conta foi 305,1 - 275). Isso ilustra que, provavelmente, há menos estudantes acima do adequado em Matemática do que há em Língua Portuguesa, mas, ainda assim, a nota padronizada para esse componente é maior: 7,30 contra 6,8.

1.2. PROBLEMAS RELACIONADOS ÀS METAS

a) É mais difícil para redes com Ideb alto baterem a meta. Existem, por exemplo, redes que tinham Ideb 3, em 2005, e que bateram a meta, e redes com Ideb 7 que não bateram.

De acordo com as metas estabelecidas pelo MEC, em 2007, todas as redes de ensino do País, públicas e privadas, deveriam estar no mesmo patamar em 2096: teriam alcançado Ideb de 9,9. O objetivo, na ocasião, foi criar uma modelagem para que escolas e redes melhorassem em relação ao seu próprio desempenho no Saeb de 2005. A metodologia utilizada, a regressão logística, estimava que, com esforços diferenciados, todas as escolas e redes deveriam progredir de forma que as desigualdades entre elas reduzissem.

Contudo, da forma como foram criadas, tais metas podem gerar uma expectativa exacerbada para as redes que já estão em patamares elevados (por exemplo: dois desvios-padrão acima da média). É preciso pensar em metas que façam com que escolas e redes com resultados acima de 8,3 (dois desvios-padrão acima de 1997) não tenham a obrigatoriedade de continuar evoluindo. Ou, então, é necessário fixar patamares menores para essas redes.

Além da intangibilidade das metas traçadas com base em resultados já elevados, é importante levar em consideração que o perfil dos estudantes pode ser alterado de uma avaliação para outra.

b) As metas não estimulam a busca por uma educação mais equitativa, já que um Ideb muito alto não significa, necessariamente, que todos os estudantes têm aprendizado adequado. Um Ideb muito alto pode

significar, na verdade, que um grupo de alunos sabe mais do que o esperado para a sua série.

Para atingir um Ideb muito alto, uma rede de ensino precisaria que todos os alunos praticamente gabaritassem na avaliação, isto é, acertassem questões muito difíceis para a série em que estão (estudantes do 5º ano teriam que acertar questões de alunos do 9º ano, por exemplo). Essa característica do indicador tende a esconder desigualdades: uma rede pode ter um pequeno grupo de alunos com desempenho altíssimo, o que eleva o Ideb, e muitos estudantes com desempenho insuficiente.

Se as redes de ensino conseguirem fazer com que todos os seus estudantes alcancem o nível de aprendizado adequado, o que, absolutamente, não é algo trivial, e tenham praticamente todos os alunos aprovados, não necessariamente terão Ideb muito superior a 8, como você verá a partir das simulações realizadas adiante.

A tabela 6 revela que o Ideb 6, meta nacional, é compatível com muitas escolas com estudantes com aprendizagem baixa.

Tabela 6 – Algumas redes obtêm Ideb 6 mesmo com estudantes com baixa aprendizagem

Indicador	Estudantes Escola A	Estudantes Escola B	Estudantes Escola C	Estudantes Escola D	Estudantes Escola E
Desempenho dos estudantes	8,5	7,5	6,7	6,3	6,2
Taxa de aprovação dos estudantes	0,7	0,8	0,9	0,95	0,97
Ideb	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0

Elaboração própria. Fonte: MEC/Inep

Caso o Ideb seja utilizado de forma isolada e incontestável, as dificuldades dos estudantes das unidades representadas na tabela 6 não serão conhecidas e tampouco, sanadas, visto que o indicador está em um nível considerado bom.

Simulações com dados do Saeb 2017

Para fundamentar essas fragilidades e mostrar como elas se refletem na prática, o Iede realizou duas simulações com os microdados do Saeb de 2017.

Cenário 1

No **cenário 1**, simulamos qual seria a nota padronizada do componente de aprendizagem do Ideb **caso os alunos com baixo desempenho atingissem a pontuação mínima para serem considerados como tendo aprendizado adequado**. Nesse exercício, todos os estudantes matriculados na rede foram considerados.

Cenário 2

No **cenário 2**, apontamos qual seria o **Ideb se fossem excluídos da amostra todos os estudantes da rede que não estão pelo menos no patamar de aprendizado adequado**. Ou seja, se a escola tem 100 estudantes e 20 estão no nível adequado ou acima do respectivo nível, simulamos o Ideb apenas com a amostra dos 20 alunos.

Os dois cenários utilizam diferentes metodologias, mas ambos mostram qual seria o Ideb das redes caso todos os alunos tivessem aprendizado adequado.

O que os resultados mostram?

A tabela 7 traz a nota padronizada real das 25 redes municipais com os maiores resultados para os anos iniciais do Ensino Fundamental, a quantidade total de alunos em cada rede, quantos alcançaram o nível adequado e quanto isso representa em termos percentuais, além das duas simulações realizadas (cenário 1 e cenário 2).

É possível perceber que algumas redes com notas padronizadas similares possuem um percentual bastante diferente de estudantes com aprendizado adequado: é o caso,

por exemplo, de Boa Vista (RR) e São Félix do Piauí (PI). Enquanto o município de Boa Vista tem nota padronizada de 6,1 e apresenta 40,3% dos estudantes com aprendizado adequado; São Félix do Piauí obteve uma nota padronizada de 5,9 (apenas 0,2 atrás de Boa Vista), mas somente 25% dos estudantes com aprendizado adequado (15,3 pontos percentuais a menos que a capital de Roraima).

Há outros exemplos, como o de Serranópolis do Iguaçu (PR), que possui uma nota padronizada inferior a de Sobral (CE), 8,7 contra 9,1, mas tem um índice maior de estudantes com aprendizado adequado: 98,6% contra 95,6%.

As simulações revelam que, mesmo quando mais de 90% dos alunos possuem aprendizado adequado, há poucos municípios com notas excepcionais no Ideb. Há municípios como Pedra Branca do Amapari (AP), Boa Vista (RR) e Benevides (PA), em que, nas simulações, estão com todos os estudantes com aprendizado adequado e, ainda assim, Ideb abaixo de 8.

Reitera-se: isso acontece porque, **da forma como foi construído, notas extremas (muito acima da média) no Saeb elevam bastante o Ideb, e podem esconder estudantes de baixo desempenho. Esse é um achado muito importante, pois mostra que o Ideb não considera a equidade da forma como deveria, possibilitando a existência de redes com Idebs altos mesmo com alguns alunos que não possuem aprendizado adequado.**

Tabela 7 – Nota Padronizada de 2017 das 25 redes municipais com os maiores resultados para os anos iniciais do Ensino Fundamental e simulações que mostram qual seria o Ideb de tais redes se todos os alunos tivessem aprendizado adequado

Município	UF	Nota Padronizada real (5º ano)	Número total de alunos do 5º ano	Número de alunos que alcançaram o nível adequado	% de alunos com aprendizado adequado	Simulação cenário 1 Sem exclusão de alunos. Todos são colocados pelo menos no nível adequado	Simulação cenário 2 Com exclusão de alunos. Os que não estão no nível adequado são desconsiderados
Sobral	CE	9.12	2280	2180	95.6%	9.15	9.27
Serranópolis do Iguaçu	PR	8.68	70	69	98.6%	8.68	8.70
Coruripe	AL	8.53	832	763	91.7%	8.58	8.78
São Pedro da União	MG	8.24	56	49	87.5%	8.30	8.61
Ribeirãozinho	MT	8.09	16	15	93.8%	8.11	8.25
Firminópolis	GO	7.58	71	53	74.6%	7.73	8.22
Murutinga do Sul	SP	7.56	27	17	63.0%	7.70	8.52
Peritiba	SC	7.54	32	22	68.8%	7.77	8.55
Itatim	BA	7.36	188	130	69.1%	7.55	8.03
Bonito	PE	7.33	462	307	66.5%	7.59	8.20
Nova Andrina	MS	7.27	388	284	73.2%	7.43	7.85
Coxixola	PB	7.26	21	13	61.9%	7.60	8.41
Ji-Paraná	RO	7.04	507	309	60.9%	7.32	8.07
Rio das Ostras	RJ	6.84	1567	901	57.5%	7.14	7.80
Rio Branco	AC	6.71	1534	844	55.0%	7.08	7.83
Mucurici	ES	6.67	80	35	43.8%	7.11	8.26
Palmas	TO	6.60	2322	1248	53.7%	7.05	7.83
Ipueira	RN	6.37	38	14	36.8%	6.85	8.03
Benevides	PA	6.24	1007	447	44.4%	6.74	7.57
Boa Vista	RR	6.05	6682	2692	40.3%	6.67	7.55
São Félix do Piauí	PI	5.91	56	14	25.0%	6.66	8.26
Gracho Cardoso	SE	5.83	40	12	30.0%	6.63	7.93
Herval	RS	5.73	43	11	25.6%	6.63	8.30
Martões do Norte	MA	5.51	94	24	25.5%	6.50	7.74
Pedra Branca do Amapari	AP	5.08	171	27	15.8%	6.22	7.34
Beruri	AM	4.97	338	52	15.4%	6.27	7.60

Elaboração própria do Iede

C) Construção das metas com foco somente no Ideb, o que acaba por suprimir a discussão sobre os componentes de aprendizagem e de rendimento escolar.

O fato das metas terem sido formuladas considerando um único valor, o próprio Ideb, extinguiu a discussão sobre o desempenho dos estudantes no Saeb e a taxa de aprovação, individualmente. Contudo, é preciso ressaltar que os esforços pedagógicos empreendidos em melhorar os resultados de tais componentes são bastante diferentes. O esforço necessário para melhorar a aprendizagem dos estudantes é muito maior do que para aprová-los em determinada série escolar, algo que o gestor pode decidir rapidamente.

Isso fez com que algumas redes de ensino que apresentavam baixas taxas de aprovação em 2005 conseguissem aumentar o valor de seu Ideb apenas adotando uma política de maximização da aprovação, sem necessariamente melhorar a aprendizagem dos estudantes.

1.3. OUTRAS FRAGILIDADES DO INDICADOR

a) Só considerar as taxas de aprovação do ano de realização do Saeb

Ao só considerar as taxas de aprovação do ano de realização do Saeb, muitas redes de ensino adotam a política de reprovar os alunos de desempenho não satisfatório nos anos pares, para que não façam o Saeb no ano seguinte.

Além disso, há a questão da não explicação do que são taxas de aprovação altas ou baixas. Caso o Ideb sinalizasse às redes quais são as taxas de reprovação aceitáveis e quais não são, alguns municípios poderiam ter taxas melhores.

b) Não incluir todas as crianças e jovens do território e nem aqueles que faltam no dia da aplicação da prova

Um dos problemas do Ideb atual é que o índice não considera crianças, adolescentes e jovens que estão fora do sistema escolar. Além disso, não contabiliza os estudantes que faltam no dia da aplicação do Saeb, assim, não há nenhuma penalização caso a rede de ensino sugira aos estudantes de desempenho mais baixo não fazerem a prova, o que pode estimular práticas perversas.

c) Não olhar para as desigualdades existentes na educação

Por não penalizar as escolas ou redes com muitos estudantes abaixo do básico, o Ideb acaba por não incentivar os gestores a pensarem em políticas e ações voltadas aos estudantes mais vulneráveis, que têm mais dificuldade para avançar.



2.

MUDANÇAS NECESSÁRIAS

Agora, a partir deste segundo capítulo, reunimos propostas de melhorias do Ideb, elaboradas por especialistas e organizações.

2.1. COMPONENTE DE APRENDIZAGEM

O cálculo do Ideb é realizado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação), obtida a partir do Censo Escolar, e as médias de desempenho no Saeb. As notas das avaliações de Língua Portuguesa e Matemática do Saeb são padronizadas em uma escala de 0 a 10. Lembrando que essa média representa o quanto as escolas estão acima dos resultados de 1997. Depois, essa nota é multiplicada pela média harmônica das taxas de aprovação, que vai de 0% a 100%. Por exemplo, se a média das Notas Padronizadas (NP) de determinada escola for 7 e, se essa mesma escola tiver 70% de aprovação, seu Ideb será 4,9:

$$7 \times 70\% = 7 \times 0,7 = 4,9$$

Neste capítulo, em específico, vamos tratar do componente de aprendizagem e das diferentes propostas para aprimorá-lo.

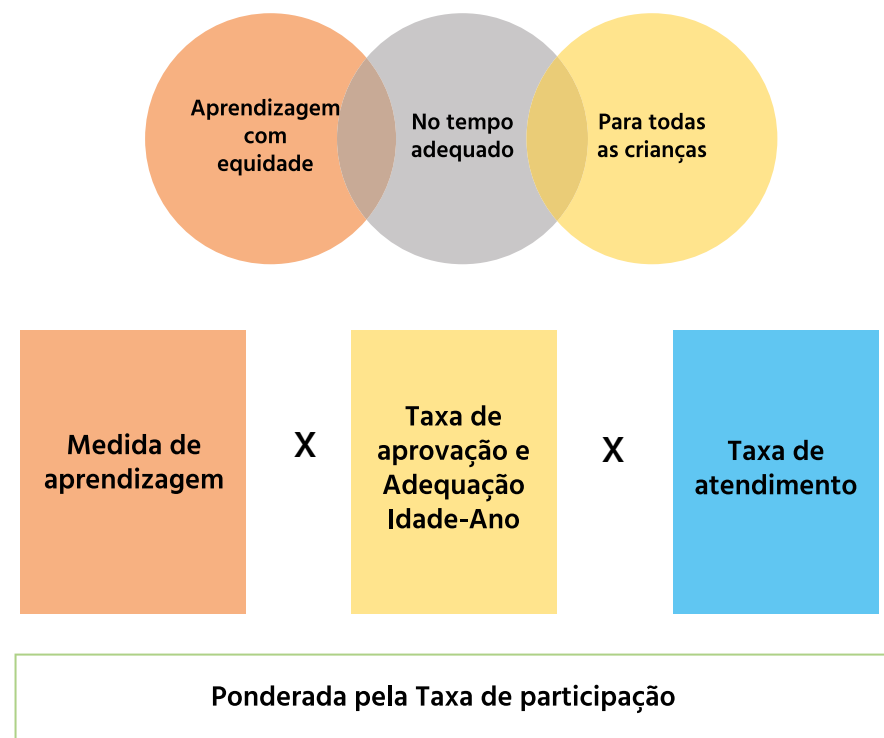
BANCO MUNDIAL

A proposta do Banco Mundial sugere que “o novo Ideb coloque a criança no centro da narrativa e busque um indicador sintético que permita dizer qual a proporção de crianças brasileiras que está frequentando a escola, na idade-série adequada e alcançando o padrão mínimo de proficiência esperado.”

Para a instituição, alguns outros atributos desejáveis a essa medida são:

- Simplicidade, na narrativa e no cálculo;
- Comparabilidade horizontal da escala (entre anos) e comparabilidade vertical da escala (entre séries);
- Foco nos alunos que estão abaixo dos níveis de proficiência desejados;
- Uso de diferentes dimensões de performance (exemplos: aprendizado, defasagem, conclusão, participação etc.);
- Adoção de uma medida nacional que possa ser desagregada de forma consistente entre diferentes subgrupos como escola, município e estados.

Diagrama 1: Princípios do novo Ideb na visão do Banco Mundial:



A instituição entende que o princípio de um indicador multidimensional da performance educacional deve ser mantido e defende que essa “é uma oportunidade para se pensar quais dimensões devem ser incluídas nesta nova medida, como é possível identificar os alunos em situação de vulnerabilidade e agregar e ponderar estas diferentes dimensões para criar um novo Ideb.”

Do ponto de vista da aprendizagem, argumentam que o novo Ideb deve fazer o melhor uso das informações disponíveis e incluir como subdimensões do componente de aprendizagem os resultados de todas as disciplinas hoje monitoradas pelo Saeb. No entanto, como a comparabilidade histórica é importante, a sugestão deles é manter um foco inicial em português e matemática.

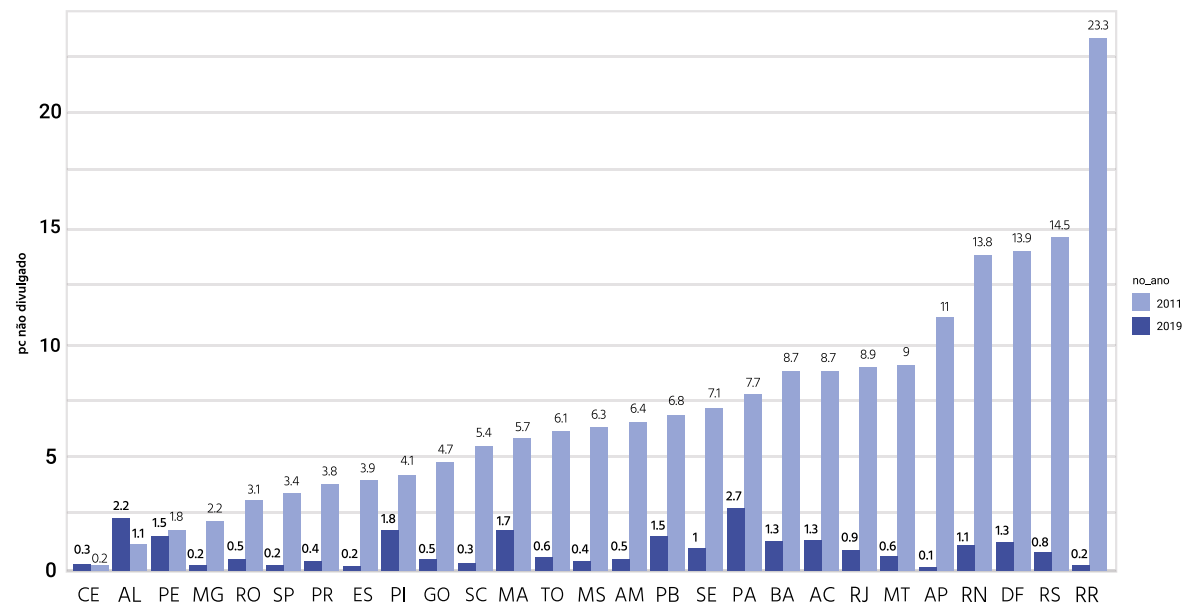
“A identificação do nível de proficiência dos alunos em leitura e matemática deve partir de níveis de aprendizagem com clara interpretabilidade pedagógica.”

Banco Mundial

Para o Banco Mundial: “a identificação do nível de proficiência dos alunos em leitura e matemática deve partir de níveis de aprendizagem com clara interpretabilidade pedagógica. Um terceiro elemento importante é como agregar esta medida. Um princípio proposto é o foco nas crianças que se encontram abaixo de um patamar mínimo de proficiência. Caso múltiplos níveis de proficiência sejam necessários, seria possível utilizar uma agregação ponderada, que dê um maior peso para os alunos nos níveis mais baixos.”

Uma preocupação da instituição é o crescente e desigual aumento na proporção de alunos que não fazem o Saeb. Entre 2011 e 2019, esse número aumentou de forma bastante expressiva e de maneira muito heterogênea entre os diferentes estados da Federação (ver gráfico 1 abaixo). Portanto, a proposta incorpora como uma das dimensões do indicador final a participação dos alunos designados para realizar o Saeb, e sugere que aqueles que deveriam participar da avaliação, mas faltam no dia, sejam incluídos no cálculo, com zero ou a nota mínima da escala. Com isso, haveria a necessidade dos sistemas buscarem maneiras de incluir os alunos com uma expectativa de baixo rendimento.

Gráfico 1: Proporção de alunos presentes no Saeb com código não divulgado, 5º ano e 9º ano - Público, 2011 e 2019, por UF



Fonte: Banco Mundial com dados do INEP/MEC

CHICO SOARES

O professor defende que o indicador deve ter como elemento básico os percentuais de estudantes em cada um dos níveis de aprendizagem — Abaixo do Básico, Básico, Adequado e Avançado. A forma de valorizar estes percentuais é feita através de uma média ponderada destes percentuais com os pesos escolhidos, de forma que quanto mais estudantes nos níveis mais altos, mais próxima de 10 será a pontuação da escola ou rede; quanto mais estudantes nos níveis mais baixos, mais próxima de 0.

O uso de percentuais possibilita a interpretação pedagógica da medida síntese do desempenho. O autor defende que devolutivas pedagógicas, centradas nos níveis

“Devolutivas pedagógicas, centradas nos níveis e sua respectiva interpretação, são a forma de tornar a avaliação mais relevante pedagogicamente. O uso dos níveis incentiva a diminuição das desigualdades entre os resultados educacionais de diferentes grupos sociais pelo fato de os grupos mais excluídos estarem, com mais frequência, no nível ‘Abaixo do Básico’.”

Chico Soares

e sua respectiva interpretação, são a forma de tornar a avaliação mais relevante pedagogicamente. O uso dos níveis incentiva a diminuição das desigualdades entre os resultados educacionais de diferentes grupos sociais pelo fato de os grupos mais excluídos estarem, com mais frequência, no nível “Abaixo do Básico”.

Uma decisão arrojada, segundo ele, para se evitar que as redes de ensino estimulem os estudantes de desempenho mais baixo a faltarem no dia da prova, seria colocar os ausentes como no nível “Abaixo do Básico”.

Chico Soares sugere que as medidas de aprendizado sejam independentes da disciplina avaliada. Portanto, sendo incluída no Saeb, a proficiência em Ciências poderia ser incluída no Ideb também sem dificuldade.

Tabela 8 - Exemplo para medidas de aprendizado

	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Indicador
	0	1	2	3	
Limite Inferior	1,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Situação Ruim	0,56	0,33	0,10	0,01	1,9
Referência	0,05	0,25	0,45	0,25	6,3
Limite Superior	0,00	0,00	0,00	1,00	10,0

Fonte: Elaboração própria do Chico Soares

O pesquisador é bastante crítico da utilização das médias de desempenho dos estudantes: “A construção de um indicador consiste na escolha de características. Não há uma solução ótima em todos os aspectos. Usar a média, entre outros problemas, permite a concentração excessiva nos estudantes de mais alto desempenho que, com mais facilidade, aumentam suas proficiências e, portanto, geram aumento do indicador. Ou seja, na prática, usar a média é um forte incentivo para aumento das desigualdades, ao invés de captar melhor a melhoria da rede.”

IEDE

Nós, do Iede, elaboramos dois diferentes cenários para a proposta de um novo componente de aprendizagem. Neles, seriam **redefinidos os limites superior e inferior do indicador.**

O grande objetivo dessas proposições é manter a lógica de um indicador de aprendizagem de 0 a 10, mas de forma que este diferencie melhor redes de ensino com bons resultados de aprendizagem. Hoje, a Nota Padronizada pouco diferencia redes de ensino com bons resultados de redes com índices baixos.

Proposição A

•Nessa proposição, nós **aumentamos o limite inferior e diminuimos o limite superior.**

O objetivo, com isso, é discriminar melhor as escolas e redes de ensino, já que, da forma como a padronização foi feita, os resultados das escolas e redes acabam sendo um pouco parecidos, já que é muito difícil alcançar mais do que 1,5 desvio-padrão acima ou abaixo dos resultados obtidos por quem participou do Saeb em 1997. Além disso, isso reduz o incentivo para que escolas ou redes busquem que os alunos tirem pontuações aberrantes no Saeb.

•O valor do limite inferior é definido de modo que a média entre limite inferior e superior represente a pontuação entre o básico e o adequado, partindo da lógica de que um Ideb 5 seria um resultado mediano.

•Redefinimos o limite superior como a pontuação “Piso” do nível avançado.

•O intuito é equalizar os resultados entre as etapas (5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio), de modo que a nota padronizada 5 seja comparável entre as três etapas.

“Hoje, a Nota Padronizada pouco diferencia redes de ensino com bons resultados de redes com índices baixos.”

Iede

Tabela 9 - Proposta de valores para o limite inferior e superior da nota padronizada - Proposta A

	Língua Portuguesa			Matemática			O que indica
	Fund I	Fund II	Médio	Fund I	Fund II	Médio	
Limite Superior	250	325	375	275	350	400	Teto Adequado/ Piso Avançado
Média entre LI LS	175	237.5	275	200	262.5	312.5	Equivalente Nota padronizada igual a 5
Proposta Limite Inferior	100	150	175	125	175	225	

Fonte: elaboração própria do Iede

Os valores da tabela 9 foram estabelecidos para que o resultado 5 tenha a mesma interpretação pedagógica para todas as etapas. Colocamos o valor de 175 por considerá-lo razoável para os anos iniciais. Mas essa pontuação é passível de discussão (poderia ser um pouco mais ou menos), o importante é que o resultado que gere uma nota padronizada igual a 5 tenha a mesma interpretação pedagógica em todas as séries avaliadas.

Proposição B

•Assumimos que o limite inferior seria igual a 2 desvios-padrão abaixo da média (atualmente são 3 desvios-padrão).

Tabela 10 - Limites superior e inferior - Proposta B

	Língua Portuguesa			Matemática			O que indica
	Fund I	Fund II	Médio	Fund I	Fund II	Médio	
Limite Superior	250	325	375	275	350	400	Teto Adequado/ Piso Avançado
Média entre LI LS	172.4	237.5	273.8	189.3	250	285.2	Equivalente Nota padronizada igual a 5
Proposta Limite Inferior	94.8	150	172.7	103.7	175	170.3	

Fonte: elaboração própria do Iede

Abaixo, calculamos e simulamos a média Brasil (rede pública, para 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio) da nota padronizada em três modelos:

1. A nota padronizada obtida pela rede pública.

2. A nota padronizada calculada a partir da proposta A.

3. A nota padronizada calculada a partir da proposta B.

Tabela 11 - Comparação dos resultados da nota padronizada - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

5o EF	UF	Nota Padronizada	LP - % Aprendizado Adequado	MAT - % Aprendizado Adequado	NP Proposição A	NP Proposição B
Sobral	CE	9.12	97%	97%	9.69	9.71
Coruripe	AL	8.59	95%	95%	9.41	9.46
Teresina	PI	6.82	74%	65%	7.73	7.92
Ji-Paraná	RO	6.46	67%	57%	7.23	7.46
Manaus	AM	6.22	64%	48%	6.91	7.18
Setubinha	MG	6.03	56%	49%	6.46	6.74
Belém	PA	5.35	45%	26%	5.58	5.95

Fonte: elaboração própria do lede

Tabela 12 - Comparação dos resultados da nota padronizada - Anos Finais do Ensino Fundamental

9o EF	UF	Nota Padronizada	LP - % Aprendizado Adequado	MAT - % Aprendizado Adequado	NP Proposição A	NP Proposição B
Sobral	CE	7.23	80%	75%	8.33	8.44
Novo Horizonte	SP	6.81	68%	62%	7.78	7.93
São Caetano do Sul	SP	6.55	72%	51%	7.47	7.66
Coruripe	AL	6.51	59%	57%	7.28	7.45
Céu Azul	PR	6.28	71%	38%	7.06	7.29
Manaus	AM	5.23	40%	15%	5.35	5.69
Belém	PA	4.54	24%	6%	4.24	4.63

Fonte: elaboração própria do lede

Tabela 13 - Comparação dos resultados da nota padronizada - Ensino Médio

3o EM	UF	Nota Padronizada	LP - % Aprendizado Adequado	MAT - % Aprendizado Adequado	NP Proposição A	NP Proposição B
Cocal dos Alves	PI	6.51	89%	57%	7.34	7.68
Divinópolis	MG	5.15	47%	17%	5.05	5.71
Sobral	CE	4.77	35%	13%	4.25	4.96
Fortaleza	CE	4.51	31%	7%	3.78	4.55
Criciúma	PR	4.32	25%	5%	3.56	4.36
São Paulo	SP	4.24	26%	4%	3.35	4.14
Belém	PA	3.82	17%	4%	2.69	3.47

Fonte: elaboração própria do lede

“As tabelas mostram que, tanto na proposição A como na proposição B, ficam maiores as distâncias entre as redes de ensino que apresentam percentuais mais elevados de estudantes com aprendizado adequado daquelas que apresentam índices menores, discriminando-as melhor e tornando mais fácil a identificação daquelas que se destacam.”
lede

As tabelas mostram que, tanto na proposição A como na proposição B, ficam maiores as distâncias entre as redes de ensino que apresentam percentuais mais elevados de estudantes com aprendizado adequado daquelas que apresentam índices menores, discriminando-as melhor e tornando mais fácil a identificação daquelas que se destacam. Por exemplo, a tabela 13 mostra que Cocal dos Alves (PI) tem 89% dos estudantes de Ensino Médio com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e 57% em Matemática. A nota padronizada da rede é 6.5. Já Belém (PA) apresenta percentuais significativamente inferiores de estudantes com aprendizado adequado nas duas disciplinas: 17% e 4%, respectivamente, e sua nota padronizada é 3.82.

Nas duas propostas do lede, a NP do município piauiense sobe, enquanto a da capital paraense desce. Na proposição A, Cocal dos Alves (PI) chega a 7.34 e Belém (PA) cai para 2.69. Na proposição B, fica 7.68 contra 3.47.

REYNALDO FERNANDES

O criador do Ideb atual acredita que os níveis de proficiência podem ajudar, porém, podem também desestimular o olhar para os alunos com nível muito abaixo do ponto de corte. Se, por exemplo, um estudante tem 185 pontos e sobe para 190, o indicador continua ruim, mas houve uma pequena evolução. Contudo, os níveis não captam essas pequenas melhorias e não geram incentivos às redes para melhorar o desempenho dos estudantes que estão nos patamares mais baixos da escala Saeb. Por essa razão, **o pesquisador não vê como problema o componente de aprendizagem olhar para resultados médios do Saeb, já que ele defende que qualquer avanço é importante e deve impactar no Ideb.**

RUBEN KLEIN

O pesquisador traz duas propostas para este item. Para ele, o novo Ideb deve depender da escala Saeb e do ponto de corte julgado adequado à disciplina e ao ano escolar. Como na meta 3 do Todos pela Educação, a meta do indicador deve ser, pelo menos, 70% dos alunos com proficiência acima desse ponto de corte. O indicador de rendimento deve ser a taxa de aprovação no segmento considerado, anos iniciais do Ensino Fundamental, anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio (média ponderada das taxas de aprovação por série/ano escolar, com pesos proporcionais à matrícula. No Ensino Médio, é preciso retirar a 4ª série).

Na proposta 1, o indicador de aprendizado por disciplina/ano escolar é igual à proporção dos alunos com proficiência pelo menos no nível adequado.

Assumindo, como no Ideb atual, que se deseja uma taxa de aprovação $\geq .96\%$, Meta: $10 * 0.7 * .96 = 6.72 \sim 6.7$. O indicador por disciplina tem a facilidade de interpretação relacionada à escala Saeb. Um índice global pode ser obtido pela média desses indicadores, pelas disciplinas desejadas.

O artigo “Uma Solução para a Divergência de Diferentes Padrões no Saeb”, escrito em 2019 pelo próprio Klein, mostra que os pontos de corte para o nível adequado do Todos pela Educação e sua meta 3 são razoáveis em vista de uma distribuição de referência padrão e em relação à distribuição de proficiências dos alunos dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Segundo essa distribuição, o nível (ponto) básico deveria ficar 1 desvio-padrão abaixo do nível (ponto) adequado. E o nível (ponto) avançado deveria ficar 1 desvio-padrão ou 1,5 desvio-padrão acima do nível (ponto) adequado.

De acordo com a distribuição normal, com média 0,5 desvio-padrão acima do nível adequado, e desvio padrão 50, temos o seguinte:

Tabela 14 - Probabilidade da variável aleatória X, com distribuição normal, com média “m” e desvio-padrão “s”, ser maior que alguns pontos.

$P(X > m - 2s) =$	0,977	
$P(X > m - 1.5s) =$	0,933	~0,95 básico
$P(X > m - s) =$	0,841	
$P(X > m - 0.5s) =$	0,691	~0,7 adequado
$P(X > m) =$	0,5	
$P(X > m + 0.5s) =$	0,309	~0,3
$P(X > m + s) =$	0,159	~0,15 avançado
$P(X > m + 1.5s) =$	0,067	

Fonte: elaboração própria do Ruben Klein

Já na proposta 2, a ideia é definir além do adequado, os níveis básico e avançado. Assim, teríamos:

- 93,3% dos alunos acima do básico. Aproximemos para 95%. 69,1% dos alunos acima do adequado. Aproximemos para 70%.
- 30,9% dos alunos acima do nível avançado, se o nível avançado for 1 desvio padrão maior que o nível adequado. Aproximemos para 30%.
- 15,9% dos alunos acima do nível avançado, se o nível avançado for 1,5 desvio padrão maior que o nível adequado. Aproximemos para 15%.

Ele sugere adotar essa última definição para o nível avançado, que fica mais próximo do “top performer” do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos). Então, para a distribuição de frequências mínimas aceitáveis, teríamos aproximadamente:

- 5% dos alunos abaixo do básico.
- 25% dos alunos entre os pontos básico e adequado.
- 55% dos alunos entre os pontos adequado e avançado.
- 15% dos alunos acima do nível (ponto) avançado.

Usando uma ideia da nota técnica do Idesp (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo) 2016, com seus pesos 3, 2, 1, 0, para os níveis acima do avançado, entre adequado e avançado, entre básico e adequado e abaixo do básico e padronizando para o intervalo 0-10, teríamos: $(10/3) * ((3*0,15) + (3*0,55) + (1*0,25) + (0*0,05)) = 6$, que nos daria a meta $6 * 0,96 = 5,76$ para cada disciplina/ano escolar. Se os pesos forem 4, 3, 2, 0, que, padronizado para o intervalo 0-10, daria $(10/4) * (4*0,15 + 3*0,55 + 2*0,25 + 0*0,05)$

$= 6,875$, com meta $6,875 * 0,96 = 6,6$. Já se os pesos forem 4, 3, 2, 1 e padronizando para o intervalo 2,5-10, teríamos: $(10/4) * (4*0,15 + 3*0,55 + 2*0,25 + 1*0,05) = 7$. Com meta $7 * 0,96 = 6,72$.

Novamente, pode-se ter um índice global calculando a média desses índices para as disciplinas desejadas. **A vantagem do índice por disciplina é não perder a interpretação por disciplina.**

O autor reuniu algumas observações em relação às propostas:

- Os níveis (pontos) propostos pelo movimento Todos pela Educação para definirem o nível adequado são razoáveis, exceto o de Leitura na 3ª série do Ensino Médio, que deveria passar de 300 para 325.
- No 5º ano escolar, as redes federal e privada já atingiram a meta em Língua Portuguesa e Matemática e satisfazem a tabela 14. Suas proporções acima dos níveis são maiores do que o proposto na tabela 14.
- No 9º ano escolar, as redes federal e privada já atingiram a meta do Todos em Língua Portuguesa, mas somente a rede federal alcança o desejado para os níveis básico e avançado, como proposto na tabela 14. A rede privada, em Língua Portuguesa, não atingiria a meta de 7 na disciplina na proposta 2. Em Matemática, somente a rede federal atingiu a meta do Todos.
- Na 3ª série do Ensino Médio, com o atual nível (ponto) adequado para Língua Portuguesa, as redes federal e privada atingem a meta do Todos, mas não o da tabela 14 ou a proposta 2. Se mudarmos o nível adequado, como proposto, nem essas duas redes atingiriam a meta do Todos.
- É importante que as taxas de aprovação sejam do segmento avaliado no Saeb.

- Será preciso verificar se as atuais escalas de Língua Portuguesa e Matemática podem ser estendidas e mantidas ou se com a nova matriz de referência baseada na BNCC será preciso mudar a escala.

- Os índices propostos podem ser calculados para Brasil, regiões, unidades federativas e escolas, a partir de 2007, quando Saeb e Prova Brasil foram unificados.

2.2. TAXAS DE RENDIMENTO

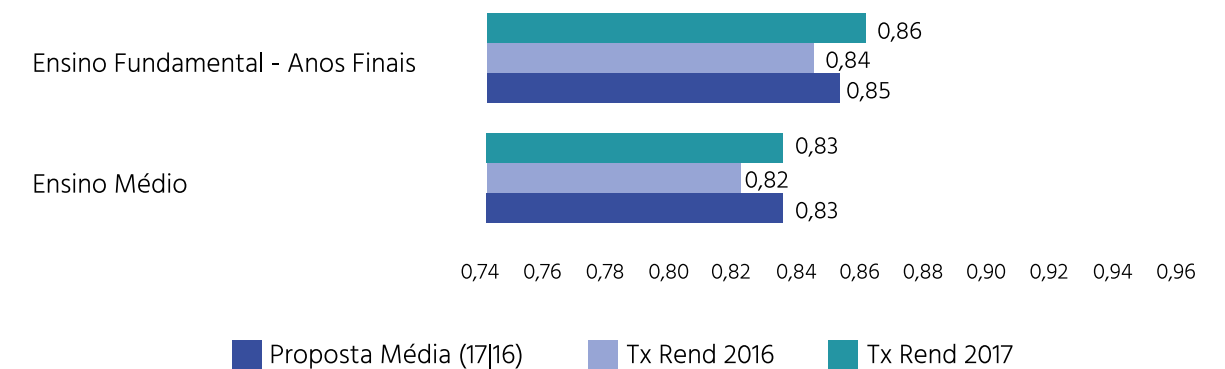
Este subcapítulo traz propostas para o componente de rendimento do Ideb já que, conforme explicitado anteriormente, o indicador considera somente as reprovações no ano de realização do Saeb.

IEDE

Entendemos que é importante elaborar um indicador para a taxa de rendimento que leve em consideração anos pares e ímpares, gerando estímulos para que os gestores educacionais adotem práticas de aprovação em todos os anos. Portanto, a proposta consideraria a média harmônica da aprovação nos anos pares e ímpares. O indicador de fluxo seria a média aritmética dessas médias anteriormente calculadas. Por exemplo: para o cálculo do indicador de fluxo do Ideb de 2017, seria levado em conta a média harmônica dos anos de 2016 e 2017. A partir das médias obtidas de cada uma das etapas, o indicador de fluxo seria calculado.

“É importante elaborar um indicador para a taxa de rendimento, que leve em consideração anos pares e ímpares, gerando estímulos para que os gestores educacionais adotem práticas de aprovação em todos os anos.”
Iede

Gráfico 2 - Comparação das taxas de rendimento em 2016 e 2017 para o anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio



Elaboração própria. Fonte: MEC/Inep

BANCO MUNDIAL

Para gerar os incentivos adequados, uma boa medida de performance da gestão pública deve ser sensível à atuação dos gestores durante o seu mandato. Por essa razão, o Banco Mundial sugere que indicadores afetados por problemas de reprovação e abandono no passado não sejam utilizados, pois estes introduzem uma inércia significativa na medida, e podem não responder adequadamente aos esforços da gestão educacional.

2.3. COMO INCLUIR TODAS AS CRIANÇAS E JOVENS DO TERRITÓRIO

Um dos pontos de consenso entre as instituições e especialistas citados no documento é o de que o Ideb deveria considerar todas as crianças e jovens do território, pois, da forma como está estruturado hoje, aqueles que estão fora do sistema de ensino não são contabilizados pelo indicador.

Isso é algo bastante problemático, já que uma rede de ensino pode ter um alto nível de proficiência no Saeb e também um alto índice de evasão escolar, por exemplo. Caso todas as crianças e jovens do território impactem na nota do Ideb, casos assim não serão mais possíveis.

Ainda que haja consenso sobre a importância de considerar todas as crianças e jovens que deveriam estar na Educação Básica, os especialistas apontam caminhos diferentes para fazer isso, que são explicados a seguir.

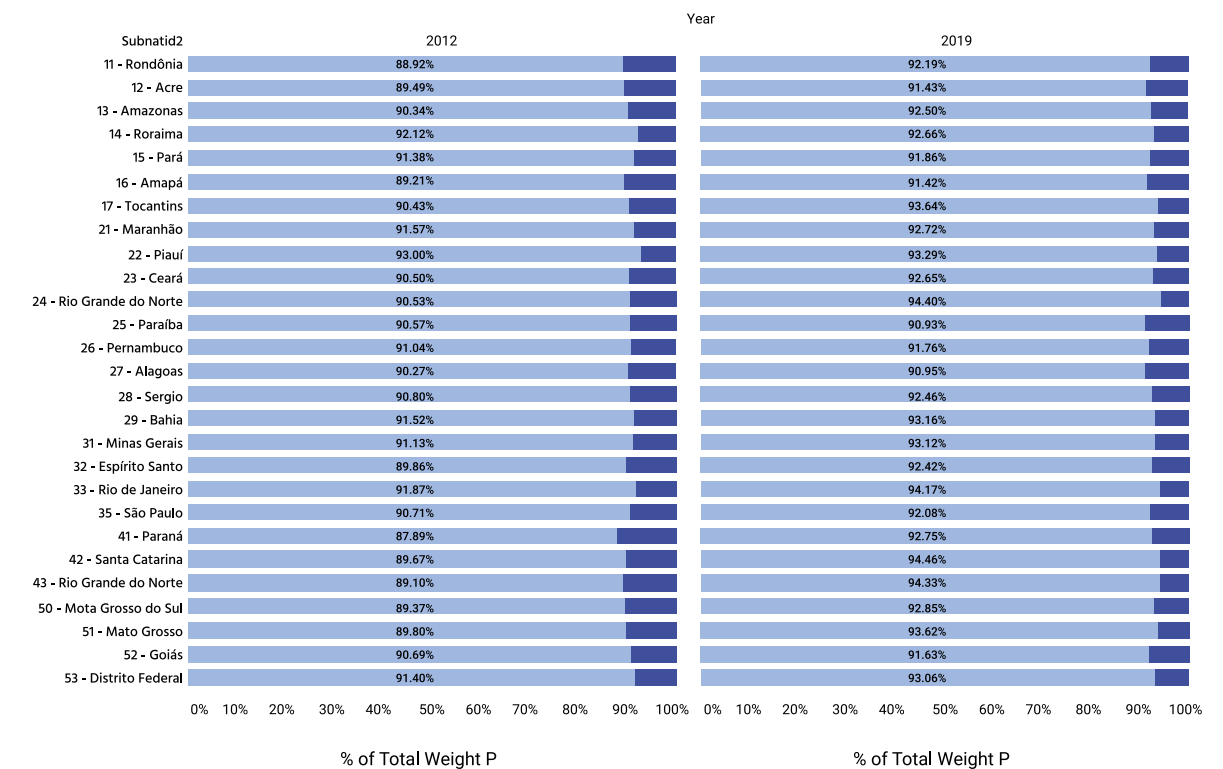
BANCO MUNDIAL

Na visão do Banco Mundial, a inclusão de todas as crianças no indicador tem implicações tanto conceituais quanto de natureza operacional. Do ponto de vista conceitual, incluir todas as crianças significa ter um indicador com as seguintes características:

- É sensível à proporção de crianças fora da escola, nos três principais segmentos do Ensino Básico (ver gráfico 3);
- Inclui todas as crianças matriculadas (ou seja, mesmo as crianças que não fazem a prova do Saeb serão consideradas na medida);
- Inclui todas as escolas, não deixando escolas rurais de fora, ou escolas que têm uma baixa participação na prova do Saeb. Todas serão incluídas.

“Além de almejar ter todas as crianças na escola, este indicador pode ter uma preocupação explícita com o fluxo do sistema, e, para tanto, adotar uma outra dimensão relacionada à proporção de crianças e jovens fora da idade-série adequada”
Banco Mundial

Gráfico 3: Proporção de Crianças e Jovens na Escola por UF entre 2012 e 2019



Fonte: elaboração própria do Banco Mundial com dados do MEC/INep

Um outro elemento importante a ser considerado são as fontes dos diferentes dados. Dados da Pnad, entre 2012 e 2019, mostram que a proporção de crianças e jovens na escola aumentou de 90,6% para 93%. Este é um avanço importante, mas indica que ainda existem 7% de crianças e jovens no Brasil não incluídos no sistema escolar. Há também importantes diferenças regionais, com esse indicador oscilando entre 6% e 10%, a depender do estado da federação. Para a instituição, um indicador que incluía todas as crianças não pode deixar de fora 10% das crianças e jovens de nenhum estado. “Além de almejar ter todas as crianças na escola, este indicador pode ter uma preocupação explícita com o fluxo do sistema, e, para tanto, adotar uma outra dimensão relacionada à proporção de crianças e jovens fora da idade-série adequada”, sugerem.

CHICO SOARES

A medida de permanência pela qual o professor advoga é a da trajetória regular¹.

O sucesso escolar se dá quando uma criança ou um jovem é aprovado em um ano letivo e, no ano seguinte, matricula-se para a etapa escolar posterior (aprovação e promoção), seguindo a idade-série adequada. O insucesso ocorre quando existe uma intercorrência no meio desse caminho. Chico Soares estabelece **três níveis de trajetória: sem intercorrências, com apenas uma intercorrência (reprovação ou abandono) e com duas ou mais intercorrências.** Ele sugere a criação do indicador, síntese da trajetória, com metodologia similar ao indicador que propõe no caso da aprendizagem. Essencialmente três grupos de estudantes são criados, o percentual em cada grupo é obtido e a agregação é feita como mostrado na tabela abaixo. Esse indicador seria utilizado para redes de ensino. Já para as escolas deve-se usar a média da taxa de aprovação nos últimos anos.

Tabela 15 - Exemplos de medidas da permanência:

	Muito Irregular	Alguma Irregularidade	Regular	Indicador
Limite Inferior	0	2	3	
Situação Ruim	1	0	0	0,0
Situação Boa	0,35	0,55	0,1	3,8
Limite Superior	0,05	0,25	0,7	8,7
	0	0	1	10,0

Fonte: elaboração própria de Chico Soares

1. José Francisco Soares, Maria Teresa Gonzaga Alves e José Aguinaldo Fonseca. "Trajetórias educacionais como evidência da qualidade da educação básica brasileira." Revista Brasileira de Estudos de População 38 (2021).

IEDE

Criamos um **um indicador de permanência**, cuja intenção é mensurar, por meio dos dados do Censo Escolar, o percentual aproximado de estudantes que passaram pelo sistema e permanecem ao longo de sua trajetória escolar. **O Iede defende a ênfase na permanência, e não na idade adequada, e também a criação de um indicador único, e não por etapa, em que todos são penalizados caso a taxa de permanência seja baixa,** e que compreenda os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, além do Ensino Médio.

Há índices piores de reprovação no Ensino Médio, mas redes de Ensino Fundamental deveriam ajudar na busca ativa. A rede de Ensino Médio deveria incentivar mais redes a aprovarem. Por tudo isso, a proposta apresentada considera indicadores diferentes dependendo do nível analisado. Para Brasil, regiões, estados e municípios o Ideb seria composto por: Nota Padronizada X Índice de Permanência. Para escolas: Nota Padronizada X Taxas de Aprovação Escolar da etapa (considerando anos pares e ímpares).

RUBEN KLEIN

Tem uma visão por etapa, que considera quantos estudantes entraram no sistema (etapa) pela primeira vez, sem a preocupação com a idade de entrada, mas, sim, com quantos concluíram na idade adequada.

Ele propõe que a taxa de aprovação no segmento ou etapa seja substituída pela taxa de conclusão no tempo certo dos alunos que entram pela primeira vez no segmento. Pode ser calculada pela base longitudinal do INEP para Brasil, Regiões, UFs, Municípios, Redes e mesmo escolas. Essas taxas levam em conta repetência e evasão.

Na tabela 16, Klein apresenta as taxas de conclusão com no máximo 1 ano de atraso para a série considerada. Mostra, ainda, as taxas para o 2º ano, o 5º ano, o 9º ano e o 12º ano (3ª ano do Ensino Médio). Pode-se observar a queda das taxas com o aumento das séries/ano escolares. Isso se dá devido à repetência e também pela evasão. As idades consideradas são: 9 anos para o 2º ano; 12 anos para o 5º ano; 16 anos para o 9º ano; e 19 anos para o 12º ano (todos completados até dia 31 de março).

As metas do Todos pela Educação são de 95% de conclusão no Ensino Fundamental nas idades mencionadas e de 90% no Ensino Médio. Klein acrescentaria 98% como meta para o 5º ano.

A principal diferença da proposta de Klein para a do lede é considerar a idade em que o aluno está concluindo a etapa. O Indicador de Permanência Escolar, do lede, não tem esse mesmo olhar para repetência e reprovação, e não leva em conta a idade do estudante.

Tabela 16 - Taxa de conclusão com no máximo 1 ano de atraso

	Ano 02	Erro Padrão	Ano 05	Erro Padrão	Ano 09	Erro Padrão	Ano 12	Erro Padrão
2011	91.83	0.42	81.86	0.55	67.38	0.63	53.39	0.72
2012	93.32	0.34	82.40	0.52	69.42	0.67	53.00	0.75
2013	93.74	0.34	83.70	0.49	71.66	0.65	54.35	0.75
2014	94.97	0.33	86.31	0.49	73.57	0.59	56.74	0.72
2015	95.37	0.30	86.06	0.51	75.94	0.62	58.50	0.73
2016	96.46	0.24	87.71	0.47	74.84	0.59	58.94	0.74
2017	96.29	0.28	88.56	0.45	75.84	0.58	59.26	0.74
2018	96.53	0.28	89.74	0.42	75.70	0.61	63.62	0.74
2019	96.83	0.26	89.09	0.46	78.30	0.58	65.08	0.70
2020	97.80	0.28	92.64	0.54	82.32	0.79	69.40	0.96

Fonte: autor a partir das PNADs.

Uma outra alternativa lembrada por Klein, que já foi mencionada por Maria Helena Guimarães de Castro, socióloga, professora e presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), é a taxa líquida de matrícula no Ensino Médio. Ou seja, é o percentual de alunos de 15 a 17 anos matriculados no EM. Na tabela 17, foram incluídos os alunos que já terminaram o EM. De acordo com Klein, a meta poderia ser a taxa acima de 90% ou 95%.

Tabela 17 - Taxa líquida de matrícula de 15 a 17 anos no EM, incluindo todos os alunos de 17 anos que já concluíram o EM

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Taxa	59.18	60.75	62.58	64.43	65.54	69.86	70.09	70.97	73.06	77.19
Ep	0.46	0.44	0.44	0.42	0.43	0.39	0.41	0.40	0.43	0.52

Fonte: elaboração própria de Ruben Klein

2.4. OLHAR PARA AS DESIGUALDADES EXISTENTES

A intenção é que as mudanças sugeridas no Ideb possibilitem ao indicador mostrar com um maior grau de acurácia a situação educacional de uma escola ou rede de ensino, além de induzir os gestores a adotar medidas em prol da equidade. Para isso, é fundamental ao Ideb trazer medidas que contemplem— e penalizem — as desigualdades existentes.

BANCO MUNDIAL

Para o Banco Mundial, é fundamental ter clareza de quais desigualdades queremos combater, e quais mecanismos podemos utilizar para gerar o melhor sistema de incentivos para isso.

Uma primeira distinção importante é a desigualdade entre grupos ou intragrupos. Ambas são importantes, mas podem ser capturadas de maneira diferente pelo indicador e/ou o sistema de metas. Um elemento para considerar é a qualidade da informação disponível, em particular, olhar problemas relacionados à falta de dados para variáveis como raça ou nível socioeconômico. Nos microdados há muitas variáveis que não são reportadas adequadamente.

Para a desigualdade intragrupo, a proposta seria “utilizar um indicador ponderado, onde a distância de cada aluno em relação ao mínimo de proficiência adequado seja ponderada pelo nível de conhecimento de cada um. Dessa forma, alunos com menores notas e, portanto, mais distantes de um nível mínimo de proficiência, terão uma contribuição relativa ao indicador maior do que os alunos que estão mais próximos do nível mínimo de proficiência. Assim, a medida gera um incentivo claro e inequívoco para que os sistemas não deixem crianças para trás.”

Na visão da instituição, os indicadores de desigualdade entre grupos, como gênero, raça e nível socioeconômico, devem ser monitorados e ter metas específicas. Para esses, defendem adotar um indicador que seja desagregável por subgrupos de forma consistente.

“Isso exige o uso de formas funcionais que respeitem estas propriedades. Um arcabouço robusto é a família de indicadores do tipo Alkire-Foster (AF). Essa família de indicadores, além de permitir a decomposição por subgrupos, como estados, raça, gênero e nível socioeconômico, permite também a decomposição do indicador por dimensões, como matemática, leitura, defasagem idade-série, taxa de participação dos alunos no Saeb, taxa de matrícula, entre outras dimensões. Isso permite o uso do indicador não apenas para apontar problemas, mas também auxiliar na identificação de onde a política pública poderia focalizar seus esforços.

Ao contrário dos arcabouços anteriores, como o IDH, medidas do tipo AF permitem manter o foco na criança e identificar a covariância entre as diferentes dimensões da medida final. Esta pode ser uma característica particularmente desejável no caso brasileiro, que possui uma grande quantidade de informações ao nível do aluno, por meio do Censo Escolar e do Saeb.

Uma outra vantagem importante é o perfeito alinhamento dessa família de indicadores entre todos os seus subgrupos, permitindo que os indicadores da rede sejam a média ponderada dos resultados de cada escola, que, por sua vez são os resultados de cada um dos seus alunos”, explica o Banco Mundial. De acordo com o Banco Mundial, as características possíveis ao novo Ideb são:

- Equidade educacional: foca na cauda inferior da distribuição de proficiências;
- Valoriza os esforços de estados e municípios que buscam ampliar a taxa de participação dos seus alunos no exame nacional;
- Foca na universalização do acesso ao ensino;
- Valoriza os esforços de estados e municípios que buscam minimizar a distorção idade-série e melhorar o fluxo escolar;

- É mais sensível às alterações nos componentes;
- Embora todos os estados apresentem uma nota mais baixa, a velocidade de crescimento é maior;
- Diferentes possibilidades de incentivar os estados e municípios a melhorarem a qualidade da educação;
- Incorpora os alunos das escolas rurais no cálculo das dimensões agregadas.

CHICO SOARES

“O que estou defendendo em termos de desigualdade? Primeiro, é que as desigualdades entre os resultados dos estudantes de diferentes grupos sociais sejam explicitadas. Conhecer as desigualdades é o primeiro passo para superá-las.”

Chico Soares

Segundo ele, trazer as desigualdades para o centro do debate é essencial para superá-las. **As desigualdades de resultados estão associadas a características socioculturais** dos estudantes. Chico Soares explica: “O que estou defendendo em termos de desigualdade? Primeiro, é que as desigualdades entre os resultados dos estudantes de diferentes grupos sociais sejam explicitadas. Conhecer as desigualdades é o primeiro passo para superá-las. Isso pode ser obtido com uma tabela que apresente os indicadores de aprendizagem e trajetória para os estudantes dos diferentes grupos sociais. Esta tabela apresentará para cada município um indicador de 0 a 10 que sintetiza a permanência de todos os estudantes, pois terá sido calculado por consulta a uma base longitudinal de estantes em que todos os estudantes estão presentes.”

O autor não considera viável sintetizar esta tabela a um único indicador de forma simples. Considerar as desigualdades é um problema especialmente difícil em municípios pequenos nos quais não há números suficientes de estudantes para o cálculo das medidas de resultados entre grupos sociais definidos pelo nível socioeconômico, por raça/cor e sexo.

No entanto, sem a consideração explícita, as desigualdades não virão para o centro do debate. Por isso, considerar as desigualdades entre as escolas é a opção viável e efetiva na visão dele, e que pode ser implementada facilmente.

Chico Soares propõe que as desigualdades de resultados sejam enfrentadas buscando diminuir as desigualdades entre as escolas. **Ele pontua que quando as escolas variam muito, significa que há alguma coisa errada porque as escolas no Brasil refletem muitas características sociais. “De forma especial é preciso diminuir as diferenças de percentual de estudantes no nível “Abaixo do Básico” entre as escolas.** Como os resultados educacionais estão fortemente associados a fatores socioeconômicos, principalmente em nível socioeconômico e raça/cor, reduzir o percentual de estudantes no nível mais baixo é uma forma muito efetiva de reduzir as desigualdades. Há evidências empíricas para isso”, diz ele.

IEDE

Entendemos que os resultados do Ideb poderiam ser divulgados agregando alunos em diferentes grupos para evidenciar as desigualdades existentes entre eles e estimular as redes a buscarem equidade. Sugerimos a criação de cinco conceitos (de A a E), que levam em consideração o desempenho da rede no Ideb e análises por raça/cor, gênero e nível socioeconômico dos estudantes.

“Entendemos que os resultados do Ideb poderiam ser divulgados agregando alunos em diferentes grupos para evidenciar as desigualdades existentes entre eles e estimular as redes a buscarem equidade. Sugerimos a criação de cinco conceitos (de A a E, explicados abaixo), que levam em consideração o desempenho da rede no Ideb e análises por raça/cor, gênero e nível socioeconômico dos estudantes.”

Iede

Tabela 18: Conceitos para evidenciar as desigualdades existentes nas redes de ensino

Conceito	O que significa
A	Alto desempenho e baixa desigualdade
B	Alto desempenho e média desigualdade OU Médio desempenho e baixa desigualdade
C	Alto desempenho e alta desigualdade OU Médio desempenho e média desigualdade
D	Médio desempenho e alta desigualdade OU Baixo desempenho e baixa desigualdade OU Baixo desempenho e média desigualdade
E	Baixo desempenho e alta desigualdade

Fonte: elaboração própria do Iede

REYNALDO FERNANDES

O pesquisador defende que as metas do Ideb sejam utilizadas para combater as desigualdades nas escolas e redes de ensino, em vez de ter uma medida, no próprio indicador, que penalize as desigualdades existentes. Ele explica: “Imaginem um indicador de desigualdade D (pode ser um índice de Gini de nota, uma razão 90/10), e um peso para ele entrar no índice. O Ideb precisaria pensar nesse valor, o que não é fácil de se fazer. Como a gente decide qual peso dar à desigualdade no indicador? A minha ideia é: o Ideb ficaria como é hoje, N, sobre T x D, elevado a 1 menos gama. O peso que eu dou aqui não é claro, mas poderíamos dar um desconto pela desigualdade, como damos pela reprovação.

No entanto, o problema maior, aqui, é de natureza conceitual. Quais incentivos queremos sinalizar para as escolas e para as redes de ensino? Atualmente, existe um movimento que busca incentivar que as escolas sejam socialmente diversas, mas o diverso pode aumentar a desigualdade. Então, eu forçaria as escolas à homogeneidade. Qual sinal queremos dar a elas? Aumentem a diversidade ou reduzam a desigualdade de notas?

É preciso pensar bem se devemos trazer a desigualdade para dentro do índice. Eu acho que não precisamos. É possível calcular o Ideb, por exemplo, por cor/raça e grupos socioeconômicos, e, nas metas, além das notas, ter objetivos de redução de desigualdades para estados e municípios. **Não é preciso ter tudo no índice. Se as metas forem mantidas no novo Ideb, a sugestão é colocar o combate à desigualdade como meta para estimular as redes. Essa ação evita trazer uma medida de dispersão para dentro do índice.**

RUBEN KLEIN

Klein concorda com Reynaldo Fernandes. Ele considera que o Ideb poderia ser calculado por faixas de nível socioeconômico, gênero, cor (se tivermos essa variável) e o resultado deveria ser divulgado junto a um índice socioeconômico.

2.5. METAS

O subcapítulo 1.2. revelou alguns dos problemas relacionados às metas do Ideb, entre eles, levar pouco em consideração a realidade de algumas redes públicas do País; ser mais difícil para redes com Ideb alto baterem a meta do que para redes com Ideb mais baixo; e não estimular a busca por uma educação mais equitativa.

A seguir, nós, do Iede, apresentamos uma proposta para reformulação das metas do Ideb, visando torná-las melhores indutoras da ação dos gestores educacionais.

IEDE

“Consideramos que as metas devem ser embasadas em séries maiores de tempo e serem distintas para a nota padronizada e para a taxa de aprovação.”

Iede

O Ideb atual, como já explicitado no capítulo 1, tem algumas fragilidades, incluindo também em relação às metas. “As metas do Ideb atentaram pouco ao contexto educacional das regiões e escolas. Para a construção delas, foi considerado apenas o resultado de 2005, o que trouxe uma influência muito grande do resultado daquele ano na avaliação dos resultados seguintes. A rede pública do município de São Sebastião do Alto, no Rio de Janeiro, por exemplo, apresentou um Ideb de 7,3 em 2005 e seu Ideb caiu para 4,8 em 2011. Apesar disso, a meta do Ideb para 2021, apresentada para a gestão que assumiu em 2013, é de 7,9, estabelecida a partir do resultado de 2005”, explica Ernesto Faria, diretor do Iede. Por essa razão, consideramos que as metas devem ser embasadas em séries maiores de tempo e serem distintas para a nota padronizada e para a taxa de aprovação.

Outro problema das metas é que algumas premissas da função logística, adotadas na construção delas, são inválidas. O modelo considera que todos os municípios, independente do seu atual resultado no indicador, devem, em 2096, atingir um Ideb de 9,9. No entanto, um Ideb 9,9 é pouco factível de ser atingido, pois, para isso, quase todos os alunos teriam que ser aprovados, e os estudantes avaliados teriam que tirar a pontuação máxima na avaliação do Saeb. Ou seja, esse horizonte não factível gerou metas muito ambiciosas para redes e escolas que tiveram resultados muito bons em 2005.

A maioria das metas em relação ao atendimento escolar e às proficiências dos alunos se baseia em uma curva logística (em formato de “S”). Nessa curva, o estado inicial de crescimento é exponencial, até que, em determinado momento, a taxa de crescimento começa a cair até chegar à maturidade, local em que o crescimento se detém.

Defendemos a criação de metas parciais ou intermediárias para apontar se uma gestão poderá ou não alcançar a meta final estipulada. Esses indicadores são uma forma de gerar compromisso e permitir mudanças de rumo para que a meta final seja alcançada. Além disso, eles se caracterizam como uma forma da sociedade acompanhar se os objetivos traçados estão evoluindo conforme o esperado.

Mais um aspecto a ser considerado quando se criam metas intermediárias é a necessidade de convergência dos indicadores das redes ou localidades avaliadas. Se uma unidade da federação tiver 70% dos alunos com aprendizado adequado e em outra o percentual for de 60%, é importante que ambas evoluam, mas também é fundamental que a segunda consiga reduzir a diferença em relação à primeira, pois, independentemente do local onde uma criança mora, ela deve ter as mesmas condições de obter um aprendizado adequado (ou a mesma chance de frequentar a escola, por exemplo). Essa visão também aparece nas metodologias de outras metas que avaliam indicadores educacionais no Brasil.

Consideramos importante que as metas ajudem na busca por equidade. Porém, atentamos para o fato de que, muitas vezes, as redes com os piores indicadores são as que recebem menos investimentos, e, por isso, podem estar entre as que terão mais dificuldades para evoluir. Considerar esse fato, buscar objetivos factíveis e, ao mesmo tempo, ambiciosos, talvez seja um dos maiores desafios na proposição de metas em Educação.

A nossa proposta traz a importância da elaboração de metas específicas para o elemento de aprendizagem e para o índice de permanência, bem como leva em consideração na elaboração das metas o contexto socioeconômico da rede, de modo que a proposição seja mais clara para os agentes que deverão buscar o cumprimento delas.

Uma sugestão inicial é utilizar a curva logística e fazer projeções de acordo com graduações de nível socioeconômico e percentual da população em idade escolar na área rural. Isso simplificaria o entendimento dos gestores em relação às metas intermediárias. A ideia é apenas ser mais flexível com municípios que hoje têm desafios maiores para aumentar a taxa de atendimento escolar.

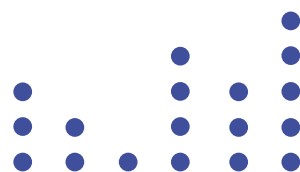
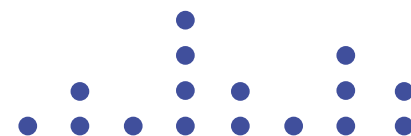
Em artigo publicado no livro Regime de Colaboração e associativismo territorial, de 2012, Ernesto Faria sugere três modelos para metas, a depender da realidade do município:

- 1. Percentual da evolução necessária que deve ser alcançada em cada ano nos arranjos municipais padrão;**
- 2. Percentual da evolução necessária nos arranjos com alto percentual de alunos com baixo nível socioeconômico ou alto percentual de crianças em áreas rurais;**
- 3. Percentual da evolução necessária nos arranjos com altas taxas de alunos com baixo nível socioeconômico e de crianças em áreas rurais.**

Esses modelos permitem aos municípios que já estão mais estruturados criar metas mais ambiciosas para os primeiros períodos, ou até mesmo que o município busque alcançar uma meta final maior do que a previamente estabelecida. Assim, as taxas também podem ser discutidas pela gestão de um município, com base nas informações disponíveis e nas simulações que fizerem.

A proposta do lede com a adoção de metas intermediárias tem o seguinte raciocínio: os municípios estão em um patamar inicial e possuem uma meta final. Para atingir a meta, é possível percorrer diversos caminhos. O município pode evoluir mais nos primeiros anos ou nos últimos, por exemplo. Uma evolução em “formato de S” talvez seja factível, então, o que se propõe busca apresentar essa curva de forma mais palpável e atentando às características dos arranjos ou municípios.

Sugere-se essa metodologia na criação de metas intermediárias para que elas sejam facilmente interpretáveis por pessoas não especializadas em ciências exatas. A ideia é ter números criticáveis e defensáveis. Espera-se, segundo o lede, que novas contribuições sejam apresentadas à discussão, auxiliando para que o conceito de metas possa efetivamente se transformar em um mecanismo de auxílio aos gestores, não apenas uma métrica para cobrança.



3. QUAL É O PAPEL DO IDEB?

As diferentes propostas de reformulação do Ideb são, em partes, decorrência de diferentes visões sobre qual é o papel do indicador na sociedade brasileira. O professor Chico Soares, por exemplo, entende o Ideb como um grande sinalizador do que é qualidade da educação.

Nós, do lede, acreditamos que é preciso termos mais indicadores para mostrar como o Brasil está em relação à aprendizagem, à permanência escolar e às desigualdades no sistema. E, embora concordemos com a importância de mostrar o que é uma educação de qualidade, vemos o Ideb como um instrumento com grande potencial de indução da gestão. Acreditamos que, após ser reformulado, essa deveria ser a sua principal função: direcionar as redes de ensino e escolas para a adoção de medidas sabidamente eficazes em educação, que propiciem ao Brasil ter um sistema educacional de referência, com educação de qualidade e equidade de oportunidades. Por essa razão, desenhamos um Ideb que permita avanços em um curto período de tempo – que, na lógica da gestão, são quatro anos ou, no máximo, oito anos, nos casos de reeleição. Obviamente, sabemos que muitas coisas não podem ser mudadas em apenas quatro anos e o impacto só ocorra no médio ou no longo prazo.

Um exemplo de diferença entre as propostas por conta das múltiplas visões sobre o papel do indicador é em relação ao indicador de permanência escolar. Chico Soares sugere que o indicador considere permanência na idade adequada, já o lede acredita ser melhor olhar para a permanência na escola, mas sem entrar no mérito da idade dos estudantes. Isso porque, pensando no Ideb como indutor da gestão, é difícil reverter altos índices de distorção idade-série em 4 ou 8 anos, o que pode acabar por desestimular os gestores (ainda que, em termos de mostrar o que é qualidade na educação, permanência na idade adequada é um indicador melhor).

Já Ruben Klein vai na mesma direção de Chico Soares e considera que o mais importante é o percentual de alunos que terminam uma etapa no tempo certo em relação a coorte dos alunos que entraram pela primeira vez na etapa. Para isso, teriam de ser considerados

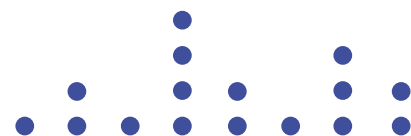
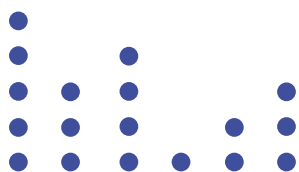
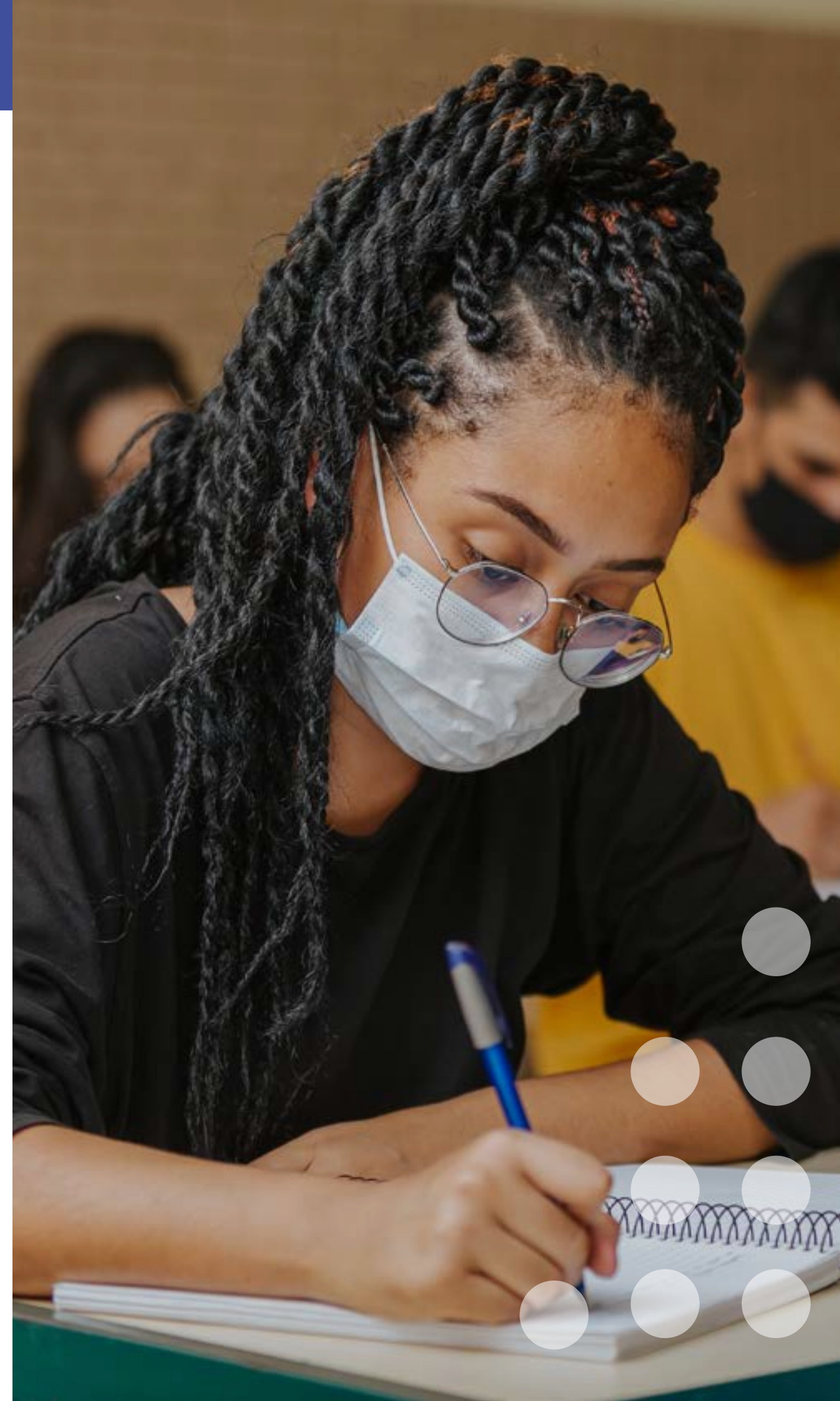
5 anos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 4 anos nos anos finais do Ensino Fundamental e 3 anos no Ensino Médio (padronizando o EM para 3 anos). Isso, segundo ele, estimularia que, em todas as etapas de ensino, seja feito um esforço de conclusão no tempo certo, o que levaria os alunos, no médio e longo prazo, a estarem na idade “correta”. Os percentuais de conclusão poderiam ser calculados pela base longitudinal do Inep para Brasil, regiões, UFs, redes, e mesmo escolas. Em termos de população, deveria ser complementado pelas taxas de conclusão por idade correta ou com no máximo um ano de atraso utilizando as PNADs para Brasil regiões e UFs. Para ele, a meta de conclusão no tempo certo, em cada etapa, deveria ser 100% ou próximo disso.

Outro ponto de discordância é sobre os pesos de cada um dos componentes do Ideb. Chico Soares argumenta que, “aprendizagem poderia ter um peso maior, na mesma lógica do IDH”. O Iede concorda que aprendizagem é algo muito importante e mais difícil de mudar. Todavia, como a cultura da reprovação ainda está muito presente no Brasil, manteríamos um peso grande para o componente de fluxo a fim de estimular os gestores a melhorarem seus índices de reprovação, tanto nos anos pares como ímpares.

Reynaldo Fernandes argumenta que, de fato, é preciso ter mais clareza de qual é o papel do Ideb, e definir quais são as funções que a gente espera que ele cumpra para, a partir disso, tomar decisões. “Será marcador de qualidade? Será influenciador da gestão?”.

Esperamos que as reflexões e proposições contidas neste documento sejam consideradas pelo Ministério da Educação (MEC) no processo de revisão do Ideb, assim como sejam estabelecidos canais de diálogo com os autores das propostas a fim de juntos buscarmos um indicador que ajude o País a assegurar a aprendizagem de todos e de cada de seus estudantes.

Reynaldo Fernandes argumenta que, de fato, é preciso ter mais clareza de qual é o papel do Ideb, e definir quais são as funções que a gente espera que ele cumpra para, a partir disso, tomar decisões. “Será marcador de qualidade? Será influenciador da gestão?”.



Propostas e reflexões para o novo Ideb



Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional

🌐 www.portaliede.com.br

✉ contato@portaliede.com.br

f facebook.com/portaliede

📷 [@portaliede](https://instagram.com/portaliede)

🐦 twitter.com/portaliede

in linkedin.com/company/portaliede

Agosto 2022